

# PROPOSTAS EDUCACIONAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: PERSPECTIVAS PARA UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO<sup>1</sup>

*EDUCATIONAL PROPOSALS IN THE EARLY TWENTIETH CENTURY:  
PROSPECTS FOR A CHANGING SOCIETY*

*PROPUESTAS EDUCACIONALES EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX:  
PERSPECTIVAS PARA UNA SOCIEDAD EN TRANSFORMACIÓN*

Jeovania Fabro Tomazi<sup>1</sup>

André Paulo Castanha<sup>2</sup>

*<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão - PR – Brasil.*

*<sup>2</sup>Doutor em Educação pela UFSCar. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão - PR – Brasil.*

## **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar as propostas educacionais do início do século XX, a partir das contribuições de Taylor, Dewey, Lenin e Gramsci, bem como refletir sobre as influências que estas teorias tiveram na constituição da escola e da educação contemporânea.

Para isso, tomamos como principal recurso metodológico a análise das obras dos referidos autores. No início do século XX, a sociedade industrial se consolidou, e a educação passou a ser entendida, pela burguesia, como espaço de reprodução da sociedade. Em contrapartida, desenvolveram-se teorias educacionais que inspiram uma nova escola e uma educação ligada às questões sociais e ao desenvolvimento integral do homem. Neste sentido, o legado deixado pelos embates do início século XX para a educação foram muito significativos, em especial, pelo avanço da educação popular e sua democratização, contribuindo não somente para desenvolvimento da escola pública, leiga, gratuita e obrigatória, mas, também, para o desenvolvimento de novas formas de ensinar e pensar a formação da criança e do trabalhador.

**Palavras-Chave:** Educação no início do Século XX; Sociedade em Transição; Educação das Massas.

**Abstract:** This article analyzes the educational proposals of the early twentieth century, based on the contributions of Dewey, Gramsci, Lenin and Taylor, and reflects on the influences that these theories have had in the constitution of school and contemporary education. The main methodological resource used is the analysis of the works of these authors. In the early twentieth century, the industrial society was consolidated and education came to be seen by the bourgeoisie as a space for the reproduction of society. On the other hand, educational theories were developed that inspired a new school, and an education that was linked to social issues and the integral development of man. Thus, the legacy left by the clashes of the early twentieth century, in the area of education, were very significant, especially for the advancement

of mass education and its democratization, not only contributing to the development of secular, free and compulsory public schools, but also to the development of new ways of thinking about teaching and training of children and workers.

**Keywords:** Education in the early twentieth century; Society in Transition; Education of the Masses.

**Resumen:** Este artículo tiene por objetivo analizar las propuestas educacionales a principios del siglo XX a partir de las contribuciones de Taylor, Dewey, Lenin y Gramsci, así como reflexionar sobre las influencias que estas teorías tuvieron en la constitución de la escuela y de la educación contemporánea. Para eso tomamos como principal recurso metodológico el análisis de las obras de los referidos autores. Al inicio del siglo XX se consolidó la sociedad industrial y la educación pasó a ser entendida por la burguesía como espacio de reproducción de la sociedad. En contrapartida, se desarrollaron teorías educacionales que inspiran una nueva escuela y una educación vinculada a las cuestiones sociales y al desarrollo integral del hombre. En este sentido, el legado dejado para la educación por los embates de principios del siglo XX fue muy significativo, en especial por el avance de la educación popular y su democratización, contribuyendo no solo para el desarrollo de la escuela pública, laica, gratuita y obligatoria, sino también para el desarrollo de nuevas formas de enseñar y pensar la formación de los niños y de los trabajadores.

**Palabras clave:** Educación a Principios del Siglo XX; Sociedad en Transición; Educación de las Masas.

O objetivo do presente artigo é analisar as propostas educacionais da primeira metade do século XX, a partir das contribuições de Taylor, Dewey, Lênin e Gramsci, bem como refletir sobre as influências que os referidos autores e suas teorias tiveram na constituição da escola e da educação contemporâneas. Tais propostas estão diretamente ligadas às concepções de homem e de sociedade que se almejava formar naquele período. Para tanto, usamos como aporte teórico e documental, para compreender o contexto histórico da época e os propósitos educativos, Taylor (1960), representante do capital, Dewey (1952), teórico da educação escolanovista e da democracia liberal, Lênin (2005) e Gramsci (2004), representantes da proposta socialista.

O início do século XX se configurou como período de afirmação e propagação do capitalismo; no entanto, as duas guerras mundiais e os conflitos ideológicos provocaram inúmeras reivindicações, dentre elas: a dos trabalhadores, das mulheres e das minorias silenciadas. Além disso, os princípios ideológicos liberais em expansão expuseram as contradições do sistema capitalista, as quais deram suporte para o avanço dos ideais e dos propósitos socialistas.

Este estudo busca compreender como a educação foi pensada naquele contexto histórico. Educação, que, até então, afirmava como patamar a ser alcançado pelas camadas populares, e cuja base eram o modelo e os valores burgueses, os quais tinham, como objetivo principal, instruir as massas para o trabalho simples, limitando as possibilidades de conquistas de direitos fundamentais a qualquer ser humano.

Com o intuito de atendermos esse propósito, organizamos o texto em duas partes. Na primeira, enfatizamos os tempos de crises e as tentativas de mudanças; na segunda, tratamos das propostas educativas dos teóricos analisados. Por fim, fizemos considerações conclusivas sobre as propostas formuladas e seus impactos nas práticas educativas posteriores.

## SÉCULO XX: TEMPOS DE CRISES E DE MUDANÇAS

As mudanças sociais ocorridas no século XX resultaram de uma série de transformações que modificaram os modos de produção, da economia, da

cultura e da vida das pessoas, a partir de meados do século XVIII. Com a Revolução Francesa e a queda da concepção aristocrática do absolutismo real, as ideias liberais levaram à ascensão do sistema capitalista, com ênfase na industrialização, na formação de mercados, de bancos e na expansão comercial. Conseqüentemente, afloraram as contradições nas relações sociais de produção entre donos e trabalhadores das fábricas, que geraram conflitos no dia a dia das indústrias. Para Aranha, o século XX trouxe consigo as ambições dos pensadores do iluminismo do século XVIII e as cicatrizes das lutas revolucionárias para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, deflagradas a partir de meados do século XIX, principalmente, a partir das produções de Marx e Engels (2006, p. 240).

Ao analisar o contexto histórico do século XX, percebemos que a ideia de ordem na sociedade estava ligada à noção de estabilidade e segurança. Isso porque, naquele período, grandes revoluções abalaram a economia, a sociedade e, conseqüentemente, as formas de conceber a educação em meio a tais mudanças. No início do século XX, a livre concorrência foi, gradativamente, substituída pelo capital monopolista, criando potências imperialistas e acentuando as disparidades sociais e a divisão da sociedade em classes. Assim, as disputas entre as nações imperialistas levaram à Primeira Guerra mundial (1914-1918). Em meio à guerra, outro acontecimento importante abalou o mundo, a Revolução Russa de 1917, que depôs o czar Nicolau II e instaurou o primeiro governo socialista, inspirado na doutrina marxista.

No início do século XX, a base do desenvolvimento estava alicerçada nos progressos industriais e tecnológicos, pelos quais os homens, aos poucos, foram substituídos pelas máquinas e obrigados a se adaptarem à nova realidade. Paulatinamente, as nações se viram diante de um capitalismo crescente e de um excesso de competitividade do mercado, tendo que se curvar às iniciativas privadas que assumiram o controle e o papel de manter a harmonia social.

A obra *Princípios da administração científica*, de Taylor (1856-1915), publicada pela primeira vez em 1911, constitui-se em base da ideologia capitalista. A partir de observações diretas aos trabalhadores, no exercício da atividade de engenheiro mecânico, Taylor percebeu que eles eram indolentes e "faziam corpo mole" no trabalho. Ponderou que, se fossem educados, poderiam aumentar a capacidade (ou o volume) de produção. A partir disso, formulou sua teoria, cujo propósito

era produzir um determinado produto em grande escala e com baixo custo, o que gerou a necessidade de ajustar o tempo de produção gasto nele. Para tanto, desenvolveu estratégias para ampliar a extração da força de trabalho da classe trabalhadora. Nesse sentido, estudou a dinâmica das funções administrativas de comando e controle e demonstrou como elas poderiam ser eficientes, para o aumento da produção com redução de custos. Segundo o autor, “o principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado” (1960, p. 13). Taylor justificou essa afirmação com os seguintes termos:

A maioria desses homens creem (sic) que os interesses fundamentais dos empregadores e empregados sejam necessariamente antagônicos. Ao contrário, a administração científica tem, por seus fundamentos, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um, único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado e vice-versa, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja – altos salários – e ao empregador também o que ele realmente almeja – baixo custo de produção. (1960, p. 14).

Enfim, sustentava que “o máximo de prosperidade somente pode existir como o resultado do máximo de produção” (1960, p. 15).

As ideias defendidas por Taylor fortaleceram o capitalismo e contribuíram para alimentar a concorrência entre as empresas e as nações, e tal concorrência esteve na origem da Primeira Guerra Mundial.

Os Estados Unidos foi o país que mais se beneficiou com os resultados da Primeira Guerra, promovendo a reconstrução de vários países, principalmente da Europa. Todavia, a fase áurea foi interrompida em decorrência da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, a qual desencadeou uma crise generalizada em todo o mundo. O desemprego e a miséria tornaram-se fantasmas que assolaram não só os Estados Unidos, mas, também, causaram falências e retrações do mercado no continente europeu. A crise obrigou os Estados a assumirem a responsabilidade de manter e inserir novamente os desempregados no mercado de trabalho, proporcionando benefícios sociais e intervindo diretamente na economia. Essas ações deram início ao que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social. Por outro lado, em alguns países, o clima de insegurança e insatisfação, provocado pelos resultados da guerra e da crise, auxiliou na expansão do fascismo (Itália), do nazismo (Alemanha) e de ditaduras (Espanha, Portugal, Brasil).

Em meio à Primeira Guerra, o filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte-americano, John Dewey (1859-1952), publicou, em 1916, uma das suas principais

obras, denominada de *Democracia e educação*. Dewey aproveitou o momento de crise política (1ª Guerra Mundial) para difundir os fundamentos, os valores e os princípios dos governos democráticos no meio social, político e intelectual. Dewey entendia que os desdobramentos sociais, políticos, econômicos e culturais haviam provocado um descompasso entre indivíduo e sociedade, acentuados diante da lógica capitalista de prevalência do interesse particular sobre o geral. Segundo ele, não havia “grande número de interesses comuns” nem “livre reciprocidade do dar e receber entre os membros do grupo social” (1952, p. 123). Na sua concepção, a compreensão do indivíduo era também uma compreensão do social, ou seja, via o indivíduo como um ser social construído na vida coletiva. Assim, a sociedade seria constituída pela experiência e união dos indivíduos. Deste modo, entendia que “a experiência de cada uma das partes perde em significado quando não existe o livre entrelaçamento das várias atividades da vida” (1952, p. 123). Portanto, a separação entre as classes sociais impedia a coesão, união e o desenvolvimento social. A separação entre a classe privilegiada e a classe subalterna, segundo o pensador, desequilibrava os estímulos intelectuais, e isso era prejudicial, pois a

Variedade de estímulos significa novidade e novidade significa desafio e provocação a pesquisa e pensamento. Quanto mais as atividades se restringirem a umas tantas linhas definidas - como sucede quando as disposições de classe impedem a mútua comunicação das experiências - mais tendem a se converter em rotina para a classe menos favorecida e a se tornar caprichosas, impulsivas e sem objetivos para a classe em boa situação material. (DEWEY, 1952, p. 123).

Foi neste sentido que Dewey sustentou que o trabalho, feito de acordo com os modelos de produção que visam à maior produtividade, acaba por reduzir o trabalhador a uma “rotina maquinal”. Daí a necessidade de levar ao trabalhador uma formação que lhe desse condições de compreender as relações técnicas, intelectuais e sociais que integram o seu trabalho. Era no contato gerado pela experiência entre os indivíduos e deles com o meio físico que Dewey considerava a positividade das guerras e dos conflitos entre as nações. Segundo ele, as guerras e os conflitos possibilitam aos indivíduos e às nações aumentarem, pelo menos, “as relações entre elas e assim, incidentemente, habilita-as a aprenderem umas com as outras e a alargar, por essa forma, seus respectivos horizontes” (1952, p. 125).

Dewey enfatizou a necessidade de superar os estereótipos individualistas e de instituições dogmáticas para uma sociedade constituída de indivíduos e

instituições com princípios democráticos. Defendia que “uma democracia é mais que uma forma de governo; é primacialmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutuamente comunicada” (1952, p. 126). Daí a defesa de uma sociedade baseada nos princípios de liberdade, igualdade e cooperação.

Lênin (1870-1924), revolucionário e chefe de Estado Russo, líder do partido comunista, antes mesmo dos escritos de Gramsci, em discurso pronunciado em 1920, já indicava que era necessário educar os jovens, os filhos do proletariado, para resistir aos avanços do capitalismo e promover o socialismo mediante uma educação essencialmente comunista. Segundo ele, a formação que se ofertava era uma educação elitizada ministrada por uma “velha escola, saturada de espírito de classe, [que] não ministrava conhecimento senão aos filhos da burguesia”. Lênin observou que:

Cada uma de suas palavras estava destinada a favorecer os interesses da burguesia. Nas escolas em lugar de preparar os jovens operários e camponeses, preparavam-nos para o maior proveito desta mesma burguesia. Procurava preparar servidores úteis, capazes de proporcionar lucros a burguesia sem perturbar, ao mesmo tempo, sua ociosidade e sossego. (2005, p. 12).

Deste modo, o que se tinha era uma escola adequada aos interesses da burguesia manufatureira e uma formação do trabalhador voltada a aumentar a produção. A educação era tradicional, limitava a criação, o pensamento crítico e procurava moldar o indivíduo e encaixá-lo no modelo da sociedade industrial.

Gramsci (1891-1937), filósofo e político italiano, teve sua produção teórica fundamentada no materialismo histórico dialético e escreveu os Cadernos do Cárcere (1927-1935). Em parte de seus escritos analisou a sociedade capitalista e constatou que era formada como espaços compostos por dois grandes planos superestruturais, definindo-os da seguinte forma:

O que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados) e o da sociedade política ou estado, planos que correspondem respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquele de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico. (2004, p. 20-21).

Segundo Gramsci, a sociedade política se refere às instituições políticas e ao controle legal e constitucional que exercem. Já a sociedade civil é vista como um organismo não estatal ou privado. Para Gramsci, cada grupo social forma diversas categorias/níveis de intelectuais, cujo objetivo é dar homogeneidade ao grupo social. Nas suas palavras:



Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria pra si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (2004, p. 15).

Ou seja, para Gramsci, cada grupo social cria ou elabora historicamente seus próprios “intelectuais orgânicos”, de acordo com as técnicas e as especializações decorrentes do desenvolvimento econômico, social e político do grupo. A mais antiga categoria de intelectuais, segundo Gramsci, é a dos “eclesiásticos que monopolizaram durante muito tempo alguns serviços importantes”, dentre as quais se destacam a “ideologia religiosa”, a filosofia, a ciência, a moral, a instrução, a justiça, etc. (2004, p. 16).

Ainda, segundo Gramsci, no mundo moderno, com o sistema “social democrático-burocrático”, as categorias de intelectuais aumentaram enormemente devido à necessidade da produção e da multiplicidade de especializações em todas as áreas. No entanto, destaca que em qualquer trabalho, “existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”. Por isso, para ele, seria possível dizer que “todos os homens são intelectuais”, todavia, na sociedade moderna, nem todos os homens têm a função de intelectuais. (2004, p. 16-17). Com esta contribuição, o autor aponta para a dupla dimensão do trabalho, ou seja, o trabalho, ainda que seja alienado, fornece subsídios para o desenvolvimento intelectual. Daí a defesa da capacidade emancipadora do trabalho.

O autor chamou atenção para o fato de as categorias de intelectuais formarem-se “em conexão com os grupos sociais mais importantes”. Em outras palavras, são elaborados de acordo com a ideologia do grupo social dominante. Esta hegemonia social se dá pela conquista do “Consenso espontâneo” junto às massas populares (2004, p. 18). Consenso este construído historicamente pela posição do grupo dominante no mundo do trabalho, como detentor dos meios de produção. A hegemonia social se dá ainda pelo fato de os grupos dominantes possuírem o domínio do aparelho de coesão estatal, isto é, do poder político e jurídico que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem e manifestam-se, principalmente, em momentos de crise contra o poder estatal. Portanto, o intelectual orgânico é um agente fundamental na construção da hegemonia de uma classe social. Daí a importância atribuída por ele à escola, como local onde se formam as diferentes categorias de intelectuais.

Se Dewey apontava para uma sociedade democrática cujos homens deveriam ser estimulados intelectualmente de forma igualitária, possibilitando que as classes e os grupos sociais pudessem compactuar da mesma educação, Gramsci apresenta algumas ressalvas às ideologias da escola ativa, por considerá-la estar ainda na fase romântica. Gramsci caminhou na direção de um projeto de formação humana defendendo a implantação da escola unitária, de base humanista, como veremos no próximo tópico.

## PROPOSTAS EDUCATIVAS E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XX

Consoante com a concepção de homem e sociedade de cada teoria educacional, é possível extrair diferentes concepções de formação e da função social da escola. Embora as teorias analisadas neste artigo caminhem em direção a uma escola para todos, mantida pelo poder público e que rompia com as oligarquias religiosas e os privilégios, encontramos entre os autores Taylor, Dewey, Lênin e Gramsci divergências no que se refere aos objetivos da escola e à forma como ela deveria conduzir para o processo de formação das novas gerações.

Com o propósito de elevar a prosperidade econômica, Taylor desenvolveu os principais fatores que ajudariam na produção dos operários, bem como o tempo necessário para que cada um executasse uma ação de acordo com as técnicas corretas. Seu estudo focou na divisão do trabalho, propondo a departamentalização controlada, o comando e a supervisão dos trabalhadores mediante vantagens monetárias. Entretanto, para aumentar o rendimento do trabalho, era necessário educar os trabalhadores, para adquirirem habilidades e desenvolverem suas aptidões naturais para o trabalho. Para Taylor:

O objetivo mais importante de ambos, trabalhador e administração, deve ser a formação e aperfeiçoamento do pessoal da empresa, de modo que os homens possam executar em ritmo mais rápido e com maior eficiência os tipos mais elevados de trabalho, de acordo com suas aptidões naturais. (1960, p. 15).

Eficiência é um conceito central na teoria de Taylor. A formação do trabalhador caminharia então para o desenvolvimento de homens eficientes, ou seja, trabalhadores capazes de pensar e realizar movimentos cada vez mais rápidos em um tempo cada vez menor. Acreditava que a formação do trabalhador, por meio da administração científica do trabalho, combateria a indolência natural e sistemática provinda do contido entre os trabalhadores.

O trabalho organizado por um sistema de administração científica era sua proposta para alcançar eficiência no processo de trabalho. Este sistema se baseava na divisão fragmentária das tarefas entre os trabalhadores, e na sua otimização em seus postos de trabalho. Para Taylor, a comunicação entre os trabalhadores seria causa da indolência sistemática, premeditada e, portanto, o contato entre eles gerava a ineficiência. Em outras palavras, era preciso desenvolver/despertar o instinto individualista e competitivo presente nos trabalhadores, para que assimilassem as ideias essenciais do capitalismo – o máximo de produtividade em menor tempo, gerando, assim, maiores lucros.

A concepção de formação do trabalhador e do mundo do trabalho proposta por Taylor conflitava com as teorias de natureza democrática e marxista propostas por Dewey, Lênin e Gramsci, como veremos.

Dewey, analisando a democratização da educação na Europa, no final do século XIX e início do XX, criticou a forma como os estados estavam utilizando a escola e a educação. Segundo ele, os estados germânicos, imbuídos pelo ideal nacionalista, desenvolveram um amplo e sólido sistema de educação pública como “meio de recuperar e manter a integridade nacional”. Neste sentido, “formar o cidadão e não o homem tornou-se meta da educação” (1952, p. 135). A Educação de caráter humanista passou a ser considerada como um meio de adestramento das massas. Como argumentou Dewey:

Os governos só se interessavam na educação para converter seus súditos em melhores instrumentos para seus próprios fins. Até os auxílios dos governos para as escolas particulares devem ser recebidos com cautela, pois o interesse daqueles em beneficiar sua nação, em vez de terem em vista o melhor para a humanidade, os fará, subsidiarem escolas, procurar utilizá-las na realização de seus planos. (1952, p. 137).

A partir desta análise, Dewey afirmou que só seria possível desenvolver uma educação, como processo e como uma função social, se fosse bem definido o tipo de sociedade almejado, ou seja, ter definição clara do objetivo social da educação. Para isso, Dewey propôs objetivos à educação, tendo em vista as mudanças sociais. Estas mudanças consistiam em facilitar o acesso a todos os membros da sociedade à escola, de modo que ela, de forma eficiente, pudesse modificar os métodos tradicionais, diminuir os efeitos das desigualdades econômicas e dar a todos os cidadãos a igualdade de preparação, para o que Dewey chamou de “futuras carreiras”.

Segundo Dewey, tal objetivo só poderia ser alcançado se houvesse mútua colaboração entre os homens e uma reconstrução dos hábitos individuais e das

instituições sociais. Para ele, esse era isso o significado de “sociedade democrática”. Assim, Dewey situou a manutenção e a expansão dos ideais democráticos em mãos humanas, como missão que precisa ser empreendida por todos. E isso somente seria possível numa sociedade livre, em que, obrigatoriamente, houvesse instituições sociais igualmente libertárias (1952, p. 143).

Ao definir quais seriam os bons objetivos para a educação, Dewey destacou em primeiro lugar, que o papel da educação, como processo social de formação, deve partir das condições existentes, utilizadas como meio para mudar as condições dadas. Neste sentido, o objetivo da educação deve representar uma expansão. A escola deve levar o aluno a compreender-se como ser social, compreendendo seu papel e suas ações em função dos fins da comunidade. Para Dewey, a democracia não pode ser alcançada, senão por meios democráticos e, assim, a escola, como instituição social, não pode se furtar a esse imperativo (1952, p. 154-55).

Neste sentido, consideramos que o novo ideário pedagógico defendido por Dewey contribuiu para o desenvolvimento de um ensino que parte da experiência concreta, continuamente reconstruída, e perpassa uma formação ativa por meio de uma convivência democrática. O objetivo da educação encontra-se no próprio processo social, cujo fim estaria nele mesmo. Nessa acepção, educar trata-se de aumentar as potencialidades dos indivíduos, seguindo os próprios interesses da vida, o que, na nova sociedade burguesa, se consistia em preparar os jovens para o trabalho e para a atividade prática.

O pensamento pedagógico socialista também se formou em meio ao movimento popular pela democratização do ensino e ao movimento dos estados nacionais. Assim, como na concepção de educação democrática defendida por Dewey, a concepção socialista buscava/busca uma educação igual para todos. Os princípios de uma educação pública socialista foram enunciados por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) e desenvolvidos, entre outros, por Lenin (1870-1924) e Gramsci (1891-1937).

Na concepção de educação socialista, a educação pública, como bem de todos, deve ser eminentemente política e integral. Nas palavras do próprio Lênin:

Não acreditamos no ensino, na educação e na instrução se fossem limitadas à escola e separadas da vida agitada. Enquanto os operários e camponeses estiverem reprimidos pelos latifundiários e capitalistas, enquanto as escolas continuarem nas mãos de latifundiários e capitalistas, a geração jovem permanecerá cega e ignorante. Mas nossa

escola deve dar aos homens os fundamentos da ciência, da arte de forjarem por si mesmos uma mentalidade comunista, a nossa escola deve fazer deles homens cultos. (2005, p. 25).

As escolas, na acepção leninista, não educavam os jovens trabalhadores, apenas os preparavam para entrarem na dinâmica do capital, ampliando os poderes e os lucros da burguesia, sem perturbação da ordem social.

Frente a isso, Lênin salientou que a nova escola comunista deveria tomar da velha escola burguesa apenas o necessário para construir uma verdadeira educação comunista, uma vez que atribuía aos jovens o papel de transformar a sociedade existente. Ao discursar para os jovens, Lênin assim se expressou:

Esse problema merece nossa atenção na medida em que, pode-se dizer, em certo sentido, é justamente à juventude que incumbe a verdadeira tarefa de criar a sociedade comunista, porque é evidente que a geração de militantes educada na sociedade capitalista pode, no máximo, cumprir a tarefa de destruir as bases da velha vida capitalista baseada na exploração. (2005, p. 09).

Para não haver disparidade entre o que se dizia e o que se fazia, Lênin sustentava que era necessário aliar teoria e prática, minimizando as contradições.

Sem trabalho, sem luta, o conhecimento livresco do comunismo, adquirido em folhetos e obras comunistas, não tem absolutamente nenhum valor, uma vez que não faria mais que continuar o antigo divórcio entre a teoria e a prática, esse mesmo divórcio que constituía o mais repugnante traço da velha sociedade burguesa. (...), 2005, p. 11-12).

Nesse ponto de vista, a escola necessitava/necessita dar aos jovens fundamentos da ciência, da arte, da política, da tecnologia, possibilitando-lhes criarem por si mesmos uma "mentalidade comunista", ou seja, era necessário fazer deles homens cultos e participantes ativos na luta contra os exploradores (LENIN, 2005, p. 25).

Na perspectiva socialista, a união entre trabalho e ensino ocorre nos espaços formais e informais, como: na escola, no mundo do trabalho, nas organizações sindicais dos trabalhadores, nas atividades cotidianas realizadas na família e no meio em que o sujeito vive. Estes espaços formam um todo articulado, e a educação constitui-se como um dos principais elementos que cimta o conjunto de relações que os permeia.

Foi a partir dessa concepção que Gramsci propôs a organização da escola única ou unitária; proposta que se caracteriza por ser uma escola de trabalho intelectual e manual, com o desenvolvimento da consciência política, e cujo objetivo era/é a formação de valores fundamentais do humanismo, da autodisciplina intelectual e da autonomia. Segundo Gramsci:

A escola unitária ou humanista (entendido este termo "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (2004, p. 36).

Gramsci defende a ideia de unidade e democracia, ao propor que o Estado assumisse as despesas da escola, tornando-a pública, pois somente assim ela pode se estender a todos, independentemente da classe social. Segundo ele, "O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho manual e trabalho intelectual, não apenas na escola, mas em toda a vida social" (2004, p. 40). Isso porque o trabalho só tem sentido educativo se estiver fundamentado no princípio da práxis, da ação política e educativa que articula a complexidade do mundo do trabalho.

Gramsci tem o cuidado de partir da realidade dada, sem cair no imediatismo ou no utopismo. Se, na sociedade capitalista, os indivíduos são levados à alienação por meio do trabalho, a educação, na concepção gramsciana, deve consistir num processo de superação que possibilite a emancipação humana. E a emancipação humana, mediada pelo princípio do trabalho, implica o entendimento de que o homem deve ter conhecimento e controle sobre o processo produtivo. Assim, a emancipação humana, certamente, caracteriza-se como uma das aspirações do socialismo.

O caráter político destacado pela concepção pedagógica socialista está na tomada de consciência social dos indivíduos, a partir do acesso amplo aos conhecimentos construídos pela humanidade, que lhes possibilite serem capazes de vincular o aprendizado às práticas de transformações sociais. Todavia, a divisão do trabalho dividiu a sociedade em classes, divisão que direcionou o acesso à escolarização com centralização do processo formativo para o trabalho. Neste sentido, quando o trabalhador não se reconhece no produto do seu trabalho, o trabalho configura-se como algo que é estranho, não pertence à essência do indivíduo e é, portanto, alienação. A concepção socialista almeja superar a condição da sociedade de classes e da alienação no/do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira metade do século XX ficou marcada por uma série de acontecimentos (imperialismo, 1ª Guerra Mundial, Revolução Russa,

estabelecimento do fascismo e do nazismo, 2ª Guerra Mundial, Guerra Fria, etc.) que, ao se desenrolarem, produziram várias transformações nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Tais transformações impulsionaram reorganizações nos sistemas educacionais e a emergência de várias teorias e práticas educativas. Entre essas diversas propostas/projetos educativos, não há como deixar de considerar as grandes contribuições de Taylor, Dewey, Lênin e Gramsci para com o debate e o processo/progresso da educação ao longo do século XX e para a educação atual.

Os projetos educacionais analisados neste texto representaram/representam a esperança de uma educação laica, democrática, pública, gratuita e universal, embora todas as teorias enfatizem [ou se utilizem do] o caráter ideológico da escola como lugar de reprodução do sistema. Infelizmente, verificamos, ao longo do século, que a escola foi/é utilizada, majoritariamente, como instrumento de preparação para o mercado de trabalho e para a perpetuação das desigualdades, descuidando-se da formação integral e crítica, tão necessária ao progresso social, à autonomia individual e ao espírito coletivo da sociedade. Constatamos também que os avanços na expansão e difusão da escola laica, democrática, pública, gratuita e universal foram/são insuficientes para resolver os problemas educacionais e as desigualdades sociais, principalmente, nas regiões mais pobres do mundo.

Taylor (1960), ao formular os princípios da administração científica do trabalho, estimulou o individualismo e a fragmentação dos processos de produção. Mesmo não tendo como propósito claro fazer uma crítica ao sistema de formação dos trabalhadores, via escola, acabou contribuindo/interferindo diretamente na constituição e organização de rede de escolas para a formação profissional dos trabalhadores. Em outras palavras, Taylor trouxe para o debate político-educacional a formação técnica dos trabalhadores, como alternativa para responder às demandas do mercado de trabalho em expansão.

Ao analisar o papel da educação na sociedade, Dewey (1952) viu, na instituição escolar, grandes possibilidades de democratização da sociedade, ou seja, a escola deveria ser organizada como espaço de construção da democracia. Definiu sua pedagogia como progressiva, a qual ficou mais conhecida como Escolanovista. Na sua proposta, a escola está diretamente relacionada com a sociedade

e se constitui como o espaço de constante construção e reconstrução de experiências. É, portanto, porta de democracia e de superação das desigualdades econômicas, sociais e culturais. Suas propostas pedagógicas contribuíram para o desenvolvimento de métodos ativos, com a utilização de laboratórios, oficinas e materiais didáticos, além de colocar em evidência a necessidade de compreensão da natureza psicológica das crianças.

A escola de inspiração socialista contribuiu, decisivamente, para a expansão da educação pública entre as massas populares, pelo esforço coletivo em favor da alfabetização. Além disso, podemos destacar, também, o trabalho coletivo, a auto-organização, a formação política dos trabalhadores, a supressão das classes sociais, a ligação entre escola e vida e entre trabalho intelectual e manual, elementos que possibilitam a formação integral dos indivíduos, a partir de uma perspectiva coletiva.

Nesta perspectiva, podemos concluir que as propostas e as experiências educacionais que tiveram sua origem na primeira metade do século XX fundamentaram/fundamentam as relações sociais e educacionais, propondo mudanças na sociedade e nas práticas educativas. Assim, a escola que temos hoje, e as práticas que nela existem, resultaram/resultam dos embates travados entre os “partidários” das teorias em disputa.

Apesar de o século XX ter propiciado experiências democráticas e socialistas, os ideais capitalistas e individualistas se fizeram hegemônicos durante todo o período, impedindo o avanço de projetos de educação integral e coletivistas. Todavia, mesmo sem muita consistência prática, os princípios de democracia plena, difundidos nos ideais educativos de Dewey e os pressupostos educativos formulados para a sociedade comunista por Lênin e Gramsci, tiveram significativos impactos nas práticas pedagógicas desenvolvidas durante todo o século, qualificando a educação das novas gerações. Ou seja, ainda que a educação ofertada tenha contribuído para legitimar as ideologias de um estado liberal, tais ideias, princípios e práticas educativas, defensoras de uma formação humana, igualitária, democrática e crítica, contribuíram, efetivamente, para minimizar as desigualdades sociais e educacionais em todas as partes do mundo.

Não temos dúvidas de que tais autores têm muito a nos ensinar, com suas teorias, para, realmente, podermos construir uma sociedade justa, democrática e igualitária.



ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1952.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere vol. 2**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LÊNIN, V. U. Tarefas da Juventude na construção do socialismo In: LÊNIN, V.U. **As tarefas revolucionárias da juventude**. Tradução de Ana Carbisier e Miguel Henrique Stedille. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 9-31.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1960.

*Artigo recebido em: 14/07/2016*

*Aprovado em: 17/11/2016*

### Endereço para correspondência:

Jeovania Fabro Tomazi. Travessa Penha, 62, São Cristóvão, Francisco Beltrão, PR, CEP: 85601-736. *E-mail*: profjeovania@gmail.com

André Paulo Castanha. Rua Antonio Marcelo, 376, Luther King, Francisco Beltrão, PR, CEP: 85605-440. *E-mail*: andrecastanha66@gmail.com

### NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo teve origem nos estudos desenvolvidos para a conclusão da disciplina: Conhecimento Histórico e Educação, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Francisco Beltrão.